

DECLARAÇÕES INTEGRADAS

- REFORMA E CONSTRUÇÃO DE GUARITA NA ESCOLA MUNICIPAL AUTA DE SOUZA -
Convênio nº 294/2025 – Emenda Parlamentar Estadual nº 819/2024
Processo SEI nº 202500005013661

JATAÍ – GO
2026

REFERÊNCIA

Processo Administrativo de referência
20483/2026

Documento de Formalização da Demanda
DFD nº 025/2026/SMOPU

Demandante

Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano

Objeto proposto

Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução da reforma e construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza, no Município de Jataí/GO, compreendendo serviços de adequação de infraestrutura, drenagem pluvial, intervenções em elementos construtivos existentes e execução de nova edificação destinada à guarita, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e demais insumos necessários, com recursos provenientes do Convênio nº 294/2025, vinculado à Emenda Parlamentar Estadual nº 819/2024, no âmbito do Processo SEI nº 202500005013661, conforme Plano de Trabalho aprovado.

DECLARAÇÕES INTEGRADAS

1. QUANTO AO IMPACTO DE VIZINHANÇA

Considerando que a intervenção proposta se refere à execução de obra de reforma e construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza, compreendendo serviços de demolições pontuais, execução de fundações e estrutura, implantação de drenagem pluvial, execução de revestimentos, cobertura, além da construção de guarita e adequações na edificação existente, conforme definido no projeto técnico, em imóvel já implantado na Rua Santa Maria, Quadra 13-A, Setor Santa Terezinha, no Município de Jataí/GO, de propriedade municipal, e que tal intervenção ocorre predominantemente em área já ocupada e consolidada;

Considerando, ainda, que a intervenção não altera a destinação institucional do imóvel, permanecendo o uso voltado às atividades educacionais, não caracteriza implantação de novo equipamento público, tampouco configura polo gerador de impacto urbanístico relevante, sendo executada dentro dos limites da área já destinada ao uso escolar, sem supressão significativa de

uso do entorno e sem intervenções que impliquem alteração relevante da dinâmica urbanística local;

Declaro, nos termos do inciso VII do art. 7º da Instrução Normativa nº 0009/2023 – TCM/GO, que a obra/serviços de engenharia não se enquadram no rol de empreendimentos elencados no art. 16 da Lei Municipal nº 3.068/2010 (Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Jataí) como exigentes de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Adicionalmente, a intervenção proposta tende a produzir impacto positivo à vizinhança, na medida em que promove a melhoria das condições físicas e funcionais da unidade escolar, incluindo reforço da segurança patrimonial por meio da implantação de guarita, adequação da infraestrutura existente e melhoria das condições de uso da edificação, contribuindo para a qualidade do ambiente educacional, valorização do patrimônio público municipal e atendimento adequado à comunidade escolar, sem prejuízo significativo aos fluxos viários e à ocupação urbana do entorno.

2. QUANTO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Considerando as características técnicas da intervenção da reforma e **construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza**, consistindo na execução de serviços de demolições pontuais, fundação e estrutura, implantação de drenagem pluvial, execução de revestimentos, cobertura e construção de guarita, em edificação localizada na Rua Santa Maria, Quadra 13-A, Setor Santa Terezinha, no Município de Jataí/GO, inserida em área urbana consolidada;

Considerando que a intervenção será realizada em área já antropizada, sem previsão de supressão de vegetação nativa, sem intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), sem geração de impactos ambientais significativos e com movimentação de terra restrita às necessidades da obra, compatível com intervenções de pequeno porte, conforme evidenciado no escopo dos serviços e nas composições orçamentárias;

Considerando, ainda, que os serviços previstos se enquadram como obra de manutenção, adequação e melhoria de equipamento público existente, de baixo potencial poluidor/degradador, nos termos da Portaria nº 001, de 11 de janeiro de 2021, do Município de Jataí;

Declaro, nos termos do inciso V do art. 7º da Instrução Normativa nº 0009/2023 – TCM/GO, que a obra/serviço de engenharia não está sujeita a licenciamento ambiental específico, conforme dispõe a Portaria nº 001, de 11 de janeiro de 2021, do Município de Jataí, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses previstas de exigência de licenciamento ambiental para obras/serviços de engenharia desta natureza.

3. QUANTO À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, ARQUEOLÓGICO E IMATERIAL

Considerando que a intervenção proposta se refere à reforma e construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza, consistindo na execução de serviços de demolições pontuais, recomposição de elementos construtivos, execução de fundações e estrutura, implantação de drenagem pluvial, revestimentos, cobertura e construção de guarita, sem alteração de características arquitetônicas relevantes que configurem descaracterização de bem de valor histórico ou cultural;

Considerando que o imóvel está localizado na Rua Santa Maria, Quadra 13-A, Setor Santa Terezinha, no Município de Jataí/GO, inserido em área urbana consolidada, sem registro conhecido de tombamento, inventário ou proteção especial por parte de órgãos de preservação do patrimônio histórico e cultural;

Considerando, ainda, a inexistência de registros de sítios arqueológicos, bens de natureza imaterial, comunidades tradicionais, manifestações culturais protegidas ou quaisquer elementos que possam ser direta ou indiretamente impactados pela execução da obra, bem como a ausência de restrições formais conhecidas ou comunicadas por órgãos competentes, inclusive o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou outros órgãos de proteção ao patrimônio;

Declaro, com fundamento no inciso VIII do art. 7º da Instrução Normativa nº 0009/2023 – TCM/GO, que a obra/serviço de engenharia não causará impactos diretos ou indiretos ao patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou imaterial, sendo, portanto, dispensável a elaboração de estudos ou relatórios específicos quanto a este aspecto.

4. QUANTO À NECESSIDADE DE DESAPROPRIAÇÃO

Considerando que a área destinada à intervenção corresponde ao imóvel onde se encontra implantada a Escola Municipal Auta de Souza, localizada na Rua Santa Maria, Quadra 13-A, Setor Santa Terezinha, no Município de Jataí/GO, de propriedade do Município de Jataí, caracterizado como bem público municipal e regularmente destinado à prestação de serviços educacionais;

Considerando que a intervenção consiste na reforma e construção de guarita em área já integrante do imóvel público, sem necessidade de ampliação de área ou utilização de imóveis adjacentes;

Declaro, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 7º da Instrução Normativa nº 0009/2023 – TCM/GO, que não há necessidade de desapropriação, servidão administrativa, instituição de passagem forçada ou qualquer forma de obtenção de posse de imóveis de terceiros para a execução da obra/serviço de engenharia, inexistindo, assim, qualquer ônus nesse sentido à Administração Pública ou à contratada.

5. QUANTO À APROVAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES

Considerando que os projetos de engenharia apresentados à instrução do feito, relativos à reforma e construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza, contemplam de forma adequada os serviços de demolições pontuais, execução de fundações e estrutura, implantação de drenagem pluvial, revestimentos, cobertura e construção de guarita, apresentando nível de detalhamento compatível com a natureza da intervenção e suficiente para a plena execução do objeto, em conformidade com a legislação vigente e com as normas técnicas aplicáveis à execução de obras públicas;

Considerando que a intervenção será realizada em imóvel localizado na Rua Santa Maria, Quadra 13-A, Setor Santa Terezinha, no Município de Jataí/GO, já consolidado e previamente ocupado, sem alteração de implantação relevante, sem acréscimos estruturais de grande porte e sem interferências significativas no solo;

Declaro, para os devidos fins, que não se faz necessária a aprovação de projetos complementares junto a outros órgãos, tampouco é exigível, para a presente contratação, a elaboração de

levantamentos topográficos adicionais ou investigações geotécnicas complementares, considerando a natureza da intervenção, as características do objeto e as informações técnicas já constantes dos autos.

6. QUANTO À DISPENSA DE ANTEPROJETO E PROJETO EXECUTIVO

Considerando que o processo licitatório está instruído com documentação técnica completa, incluindo Projeto Básico, projetos de engenharia, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais peças técnicas pertinentes, todos compatíveis com a natureza da intervenção, consistente na reforma e construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza, abrangendo serviços de demolições pontuais, execução de fundações e estrutura, implantação de drenagem pluvial, revestimentos, cobertura e construção de guarita;

Considerando que os referidos documentos apresentam nível de detalhamento suficiente para a caracterização do objeto, definição de métodos executivos, quantificação de serviços e estimativa de custos, permitindo a adequada formulação de propostas por parte dos licitantes, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021;

Declaro, para os devidos fins, que os documentos técnicos constantes do processo são adequados, suficientes e aptos à plena instrução da contratação, possibilitando a apresentação de propostas válidas e exequíveis pelos licitantes, estando em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e com a Instrução Normativa nº 0009/2023 – TCM/GO.

Ressalto, ademais, que, salvo necessidade superveniente devidamente justificada, não se faz necessária, a princípio, a elaboração de anteprojeto adicional ou de projeto executivo para fins licitatórios, podendo este ser exigido na fase de execução contratual, caso tecnicamente necessário, considerando a suficiência técnica dos elementos já apresentados.

7. QUANTO À NÃO ADOÇÃO DA METODOLOGIA BIM

Considerando que o objeto em análise — reforma e construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza — compreende serviços de demolições pontuais, execução de fundações e estrutura, implantação de drenagem pluvial, revestimentos, cobertura e construção de guarita,

caracterizando-se como intervenção de baixa a média complexidade, com soluções técnicas convencionais e amplamente difundidas no setor da construção civil;

Considerando que, nos termos do art. 19, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a utilização da metodologia *Building Information Modeling (BIM)* possui caráter preferencial quando adequada ao objeto, devendo sua adoção observar critérios de viabilidade técnica e econômica, conforme diretrizes estabelecidas na Nota Técnica IBRAOP IBR 01/2025;

Considerando que os documentos técnicos constantes do processo — elaborados em metodologia convencional (projetos em 2D, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro) — apresentam nível de detalhamento suficiente para a adequada caracterização do objeto e formulação de propostas pelos licitantes;

Declaro, para os devidos fins, que, no caso concreto, a não adoção da metodologia BIM mostra-se tecnicamente justificada e proporcional, uma vez que sua exigência não apresenta ganho técnico-econômico compatível com o porte, a complexidade e o prazo da intervenção, podendo, inclusive, restringir a competitividade do certame.

Ressalto, ademais, que, salvo necessidade superveniente devidamente justificada, não se faz necessária a adequação dos documentos técnicos para fins de adoção do BIM neste procedimento, sem prejuízo do compromisso institucional da Administração Pública quanto à adoção gradual da referida metodologia em contratações futuras em que se mostre tecnicamente pertinente.

Jataí, 15 de abril de 2026.

DIEGO CABRAL CARVALHO
Superintendente de Engenharia
Eng. Civil - CREA 1014108977D-GO